



**“COMUNIDADE GERATIVA” NA PRÁXIS DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA
EM PROJETOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: UM OLHAR DO INPECC**

GT8: Comunicação Popular, Comunitária e Cidadania

Patrícia Gonçalves Saldanha

patsaldanha@globo.com¹

Raquel Paiva de Araújo Soares

paivaraquel@hotmail.com²

Juciano de Sousa Lacerda

juciano.lacerda@gmail.com³

Resumo

Para compreender o momento atual da comunicação comunitária em projetos geradores de transformação social, o artigo pretende apontar para novas possibilidades de comunidades na sociedade globalizada. Apresentaremos experiências significativas de comunicação comunitária realizadas no Brasil que, efetivamente, alteraram e interferiram na realidade comunitária, com a intervenção de laboratórios de pesquisa de três universidades federais brasileiras, integrantes do Instituto Nacional de Pesquisa em Comunicação Comunitária (Inpecc). Tais produções contemplam a ampliação do próprio sentido de comunidade, a exemplo da práxis da Comunidade Gerativa que, por sua vez, designa o conjunto de ações, norteadas pelo “bem comum”, passíveis de ser executadas por um grupo/conjunto

¹ Inpecc/Laccops/UFF, Brasil

² Inpecc/Lecc/UFRJ, Brasil

³ Inpecc/Lapeccos/Nesc/PPgEM/UFRN, Brasil

de cidadãos. As experiências discutidas aqui demarcam, portanto, as atuais possibilidades de resultados gerados por ações comunitárias em seus moldes gerativos, que fortificam a necessidade de se refletir sobre um cenário que se constitui e se consolida quotidianamente.

Palavras-chave: Comunidade Gerativa, Comunicação Comunitária, Transformação Social, INPECC

Introdução

“Capital não gosta de gente. Capital gosta de capital.”

Completando a frase de Sodré, capital gosta de volatilidade e se empenha em potencializar a velocidade da circula o da mercadoria que, atualmente,   uma de suas principais fontes vitais: a informa o. Por isso,   estratégia da mecânica de alastramento do capital não são a obten o de dados, mas a forma de produ o dos dados (como as produ oes audiovisuais capazes de ativar imediatamente o sensorio), como também a abrangência dos canais que os transportam como   o caso dos meios de comunica o.

Logo, a assertiva de gostar ou não de gente   de fato impactante, mas a questão central pode ampliar-se para a visão de que, não são não gosta, como elimina todo e qualquer empecilho que atrase seu avanço, inclusive “gente”, se for o caso. Independente do gosto, o capital simplesmente ignora existências que não sirvam de combustível para a continuidade de seu movimento, sendo tais existências concretas ou abstratas; maquinaicas ou humanas.   nesse contexto que os meios de comunica o passam a ser os porta-vozes do sistema que os alimenta e sustenta, reforçando cotidianamente quais são as condutas, a lógica e os parâmetros a serem seguidos na maneira de agir e na maneira de pensar e de se

conformar sem oferecer grandes resistências ao que é colocado aos indivíduos em seu dia a dia. Mais do que isso, tenta assimilar as ambiências onde a comunicação acontece, neutralizando-as e moldando-as de acordo com seu interesse e conveniência; independente dos meios ou das pessoas – ou gentes – que lá estejam.

No decorrer dessa dinâmica, resta ao humano a maneira de sentir e de ser, que só se fortalece no grupo e que nem sempre está de acordo com o conflito de seu *agir-pensar* impulsionado pela falta de saída do círculo vicioso instaurado pelo sistema capitalista. É na ambiência da comunidade que o *Ser* é-em-comum e sente-em-comum. Podendo, assim, ver brechas e perceber alternativas ao cenário de contínuo *looping* em que se encontra. E quando uma alternativa é compreendida pelo sistema como uma barreira, automaticamente, ele vai tentar enfraquecê-la, mesmo que simbolicamente para depois eliminá-la. O que, conseqüentemente, gera angústia e medo.

A fim de pormenorizar a discussão, afinando-a para as bases da comunicação social, temos dois componentes: as grandes corporações transnacionais dominantes das práticas comunicativas, que também são legitimadas por políticas supranacionais, e as esferas locais, que são diretamente afetadas pela lógica acumulativa das grandes empresas. Nas esferas locais encontram-se as iniciativas que replicam a lógica dos meios de comunicação de massa e as que resistem e não se deixam assimilar.

Mais amiúde, podemos considerar comunidades de resistência subdivididas em três tipos: o primeiro é aquele que adere à lógica hegemônica, ainda que se empenhe em sustentar um discurso de resistência e o segundo é o que resiste, mais radicalmente, às forças do mercado revigorando o cisma entre incluídos e excluídos do sistema que baliza a Sociedade Civil. Como contraparte aos dois

primeiros, vem o terceiro, que equilibra características dos modelos anteriores e é composto por comunidades representantes da esfera local ou comunidades que partilham princípios, “que fazem questão de dialogar e de se incluir na Sociedade Civil, sem se desvincular, todavia, de seus princípios fundadores”⁴ (Saldanha, 2012).

É importante considerar que as comunidades de resistência tem postura contra-hegemônica que lhes alicerça e lhes permite avaliar criticamente o cenário em que estão inseridas. É a avaliação crítica que lhes impele a sair do discurso, e partir para a ação prática, mudando a realidade e transformando positivamente seu próprio lugar ou causa. Por um lado, temos as comunidades locais movidas por uma necessidade concreta como condições de saneamento básico, moradia, acesso à educação e a informações básicas de saúde. *Pari passu*, temos as comunidades de pensamento, que mesmo vinculadas por um sentimento como o medo (da violência, da polícia e da morte), se empenham em buscar soluções que amenizem o sofrimento das “gentes” que habitam o lugar ou que compartilham de um mesmo ideal.

Parte significativa das soluções aparece no momento em que tais comunidades ficam visíveis aos olhos da Sociedade Civil, que não pode mais se negar a reconhecer as mazelas em que se encontram os que moram ao lado ou que pensam ou sentem de maneira diferente. Uma das formas de dar visibilidade às condições sub-humanas em que se encontram e também às produções positivas que desenvolvem é através do uso dos meios de comunicação, a partir da apropriação das tecnologias de comunicação, cuja finalidade é trazer e direcionar benefícios para quem divide o mesmo espaço, mas, principalmente, para quem compartilha o mesmo ideal.

⁴ <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/publicidade-comunitaria-uma-ferramenta-atual-de-resgate-e-fortalecimento-dos-principios-comunitarios/>

Quando os moradores de um local, de fato, se apropriam das ferramentas comunicativas e as utilizam em benefício do próprio grupo, além de não valorizarem o aspecto técnico como prioridade, costumam colocar tais ferramentas a seu serviço para ressaltar e reforçar as características identitárias do seu lugar. Se unem, portanto, em prol de uma causa comum e pressionam tanto o poder público quanto o mercado para reverter qualquer proposta de isolamento ou “*guetificação*” econômica, política ou sociocultural. Para Manuel Castells, o terceiro modelo se refere à construção de uma “identidade de projeto”, que se concretiza

quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social [...] Obviamente, identidades que começam como resistência e podem acabar resultando em projetos (Castells, 1999, p. 24).

Na possibilidade da existência das “identidades de resistência” e das “identidades de projeto” contemporâneas, percebe-se que não nos encontramos numa situação plenamente societária e que há chances dos indivíduos voltarem às suas condições de sujeitos sociais, cuja identidade consiste “em um projeto de uma vida diferente [...] expandindo-se no sentido da transformação da sociedade” (Castells, 1999, p. 24). É no empenho de compreender o momento atual da comunicação comunitária que vem, cada vez mais, atuando com projetos geradores de transformação social, que o presente artigo pretende apontar para as novas possibilidades de comunidades, com suas expansões e variações na sociedade globalizada. Para tanto, serão citadas algumas experiências

significativas de comunicação comunitária (produzidas no contexto brasileiro) que, efetivamente alteraram e interferiram na realidade comunitária, com a intervenção concreta da Universidade. Tais produções são exemplos vigentes da ampliação do próprio sentido de comunidade como é o caso da Comunidade Gerativa . Com o intuito de desenvolver a perspectiva de Comunidades que geram resultados, com rigor teórico e metodológico, foi criado no final de 2013, o INPECC-Instituto Nacional de Pesquisa em Comunicação Comunitária, composto por três Universidades brasileiras: UFRJ, UFF e UFRN.

As Universidades são federais e seus pesquisadores se dedicam, há mais de 15 anos, a investigar e entender tanto a prática comunicativa como em fortalecer epistemologicamente o sub-campo que se revigora a cada ano, na medida em que aumenta sua produção em Comunicação Social, Comunitária, Popular e Cidadã e com as diversas áreas conexas como, por exemplo, o jornalismo comunitário, a publicidade comunitária e social e as questões da saúde pública, mais recentemente, o audiovisual, dentre outras.

Comunidade gerativa: uma identidade de projetos com resultados concretos

A perspectiva de que um simples aglomerado de pessoas seja capaz de mobilização e modificação da estrutura vigente é considerada um tanto quanto ficcional. Acredita-se que estruturas comunitárias originais, nos moldes tradicionais descritos no início do século dezanove por inúmeros teóricos e em especial por Ferdinand Tönnies (*apud* Paiva, 2003) esteja praticamente em extinção. As populações estão cada vez mais atravessadas pelo imperativo da mobilidade, seja ela física ou virtual, e conseqüentemente afetadas enormemente no que se refere ao sentimento de pertencimento. Estar em comum transforma-se cada vez mais numa prerrogativa movida por ideias e sentimentos partilhados que pelo fato de conviver o mesmo espaço físico ou fazer parte de uma mesma família.

Neste sentido, a agregação substancia-se a partir de propostas, ações, sentimentos em comum. É precisamente nesta predisposição que se insere a proposta da *Comunidade Gerativa*, de Raquel Paiva. Entende-se gerativa como a capacidade, no caso, coletiva, de mobilização em prol de metas ou propostas comuns. Ao longo da história da humanidade esta ligação em prol de uma força propulsora tem sido modificada, tendo migrado de ideais políticos, para definições mercadológicas, interesses corporativos, religiosos, o que seja. Possivelmente, na atualidade, em função da erosão dos valores sociais, das riquezas naturais e da deterioração das fontes tradicionais de mediação social, a grande mola propulsora capaz de gerenciar o “gerativo” seja a certeza da finitude.

A necessidade do gerenciamento da vida urbana tem produzido, em inúmeras localidades em diversos lugares do planeta, a busca pela construção coletiva de uma realidade inclusiva. Por toda parte e em inúmeros discursos científicos confirma-se o imperativo da busca por uma co-existência digna. A responsabilidade por esta nova formulação e pelas novas bases de convivialidade constitui o que se tem nomeado por comunidade gerativa, essa força capaz de agrupar e produzir coesão em torno de propostas comuns.

Por comunidade gerativa, queremos designar o conjunto de ações (norteadas pelo propósito do bem comum) passíveis de serem executadas por um grupo e/ou conjunto de cidadãos. A proposição parte da evidência de que o horizonte que caracteriza a sociedade contemporânea – a falência da “política de projetos”, a descentralização do poder, a forte tônica individualista e cosmopolita – produz a busca de alternativas. E, dentre elas, a da atuação de uma *política gerativa*, ou seja, a ênfase nas ações práticas do cotidiano e da localidade. Isto porque o modelo neoliberal produziu um Estado mínimo, praticamente incapaz de atuar no

que até então se entendia como do âmbito de suas próprias e intransferíveis atuações, como, por exemplo, as da saúde, educação, habitação, segurança, etc.

A comunidade gerativa propõe-se a agir em resposta ao atomismo social e à razão instrumental que definem a política centrada no mercado e no predomínio de um Estado gerencial e burocrático. Trata-se, portanto de uma *reinterpretação* da conceituação do sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, resgatando facetas como a vinculação social e a preocupação territorial – que engendra a preocupação com o patrimônio cultural. Estão ainda presentes nessa proposta aspectos próprios da sociabilidade que parecem ter perdido o sentido na nova era, mas que passam a ser o enfoque central de diversos estudiosos da atualidade – como cooperação, solidariedade, tolerância, fraternidade, docilidade, amizade, cooperação, generosidade e caridade.

Diante desse horizonte de incerteza, e agarrando-se ao fragmento do pensamento do qual o filósofo alemão é apenas um exemplo – o de que podemos, de fato, intervir e compor uma estrutura menos massacrante e por meio da qual seja possível produzir realmente um futuro – pode-se constatar que no mundo inteiro, nos países desenvolvidos e nos ditos periféricos, têm surgido diversos teóricos, ativistas, instituições não governamentais e até acordos entre grupos com interesses específicos e instâncias institucionais. Todos trazem a marca da proposta de resgate de projetos que foram, ao longo da história da humanidade, sendo relegados a segundo plano em prol de uma proposta desenvolvimentista, uma ideia de progresso norteada basicamente pela incompatibilidade entre a maior produtividade e os valores indispensáveis à existência humana.

Atualmente, são diversos os nomes que se poderia citar envolvidos com esta perspectiva; como também são numerosos aqueles que a consideram uma ideia de segunda linha, principalmente por estar aportada (esta é, certamente, uma

visão reducionista) à concepção saudosista de um suposto paraíso perfeito e perdido, ou ainda – e o que é pior – claramente relacionada aos propósitos próprios da *tradição*. E a tradição, no mundo marcado pelo fluxo intermitente das mais variadas culturas, traz consigo o lado sombrio do fundamentalismo.

O filósofo italiano Gianni Vattimo (1989), já apontava, em várias de suas conferências e artigos, que o grande desafio atual seria a produção de um sistema que permitisse à humanidade conviver, de maneira igualitária e respeitosa uns com os outros e com o meio ambiente. Um desafio que ele apontava ser mesmo a grande e única questão filosófica da contemporaneidade. Nesta ideia está implícito o propósito do diálogo, porque no fundamentalismo, entendido como a tradição defendida de forma tradicional, o que se visibiliza na ordem cosmopolita atual é a recusa do diálogo, mas não aquele diálogo etéreo e sim o diálogo radical, onde a aceitação seja dada pelo que mais recentemente ele chamou por caridade ou generosidade.

Na verdade, o que se busca é uma resposta capaz de se contrapor ao propósito de standardização pelo qual a globalização responde. Isto significa explicitamente e principalmente uma oposição ao seu argumento mais feroz – apresentado normalmente como parte um esquema dissimulado e por isto mesmo bastante ativo e eficaz – aquele que pretende a todo custo a *estetização do outro*.

Afeto é o nome que temos dado à natureza do elemento que produz a comunidade gerativa. Uma vez que se exauriram as mediações clássicas, capazes de colocar em relação os indivíduos e uma vez que assumiu papel preponderante na sociedade atual o fluxo informacional e a produção incessante de mensagens e imagens, o sensorio tem sido a nossa capacidade mais aguçada. Julgamos, condenamos, aplaudimos, concordamos apenas pelo poder dos sentimentos que nos são despertados. Somos afetados diariamente por um

volume incomensurável de informações e a partir delas realizamos nossa ação cotidiana.

Em função desse cenário, a proposta maior é criar “afetos” capazes de fazer realizar essa comunidade gerativa e assim intervir de maneira definitiva na realidade. O gerenciamento desse sensório encaminhado na direção da inclusão social e de alteração radical da qualidade de existência é o que o Inpecc tem procurado realizar em suas intervenções, lançando mão de inúmeras ferramentas já existentes, como a reinterpretação da Leitura Crítica da Mídia, dentre inúmeros outros métodos, como bem atestam as experiências que se realizam nos três projetos distintos que serão detalhados mais a frente: Projeto “Viva Mãe Luiza”, ESPOCC e campanha do IBC.

INPECC: o lugar comum às experiências comunitárias gerativas

Deparamos-nos, portanto, com um grande desafio: tentar constatar de que formas o desenvolvimento das práticas comunicacionais a partir da apropriação das TIC's podem atuar como dispositivos de incremento de sociabilidade vinculativa em determinadas comunidades a começar pela partilha dos sentimentos comuns que podem projetar realizações locais (sem abalar seu fortalecimento identitário) para a esfera globalizada da Sociedade Civil.

É neste ínterim, que entra em cena o INPECC – Instituto Nacional de Pesquisa em Comunicação Comunitária. Trata-se de uma construção coletiva de três laboratórios de pesquisa que atuam na práxis do ensino, pesquisa e extensão, cujos pesquisadores têm um histórico vínculo com temas relacionados à comunicação comunitária e à cidadania comunicativa, mas sempre com **os pés** no chão, fazendo da pesquisa o caminho para gerar intervenções no concreto, na vida cotidiana dos sujeitos das comunidades e organizações sociais envolvidos na



produção do conhecimento. Os três centros são vinculados a três programas de Pós Graduação em Comunicação, sediados em três Universidades Federais. O núcleo articulador das ações é o Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (Lecc), vinculado ao PPGCom da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O Laboratório de Investigação em Comunicação Comunitária e Publicidade Social (Laccops) é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC), da Universidade Federal Fluminense (UFF). E, por fim, o Laboratório de Pesquisa e Estudos em Comunicação Comunitária e Saúde Coletiva (Lapeccos), que é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O LECC

O Lecc atua há mais de 15 anos voltando-se para a experimentação pedagógica e para a pesquisa da comunicação articulada aos modos de comunidade e de solidariedade que não se acham inteiramente abrangidos contemporaneamente pelo que se entende como sociedade. Além de pesquisar a diversidade cultural e comunicacional e incrementar as pesquisas em comunicação comunitária, também é objetivo do laboratório estudar textos essenciais sobre mídias, mediações socioculturais, dentre outros e, finalmente, contribuir com a formação permanente de profissionais de comunicação comunitária.

Sob a Coordenação Geral da Prof^a Dr^a Raquel Paiva e a Coordenação Adjunta do Prof. Dr. Muniz Sodré, o laboratório tem projetos permanentes, como o site⁵ o Leccturas (que, há seis anos, reúne semanalmente pesquisadores para discussão de produ es científicas relevantes); a biblioteca com acervo em constante atualiza o e a produ o de pesquisas contínuas e de grande abrangência em nível de gradua o e de p s-gradua o. Um dos projetos realizados no bairro

⁵ <http://leccufrj.wordpress.com/>



Maré, que merece destaque é a “ESPOCC” - Escola Popular de Comunicação Crítica.

A Espocc foi um curso criado para qualificar comunicadores populares, mas que objetivava e buscava agregar outros valores como: capital cultural, simbólico e social. Foi um modelo pioneiro de escola de comunicação que formou técnicos para a área.

A parceria UFRJ – Observatório de Favelas aconteceu com duas contribuições importantes, o Lecc e a UFRJ. O primeiro esteve ativamente envolvido com a concepção do projeto, desde a idealização até a grade curricular e de horários, com a participação direta de pesquisadores e também de bolsistas de extensão. A UFRJ também cedeu quatro bolsistas de projeto de extensão para estar diretamente vinculados à Espocc. A mediação da Espocc com a UFRJ também foi realizada pelo Lecc.

A primeira turma se formou em 2006, com 40 alunos selecionados de seis comunidades diferentes (Manguinhos, Jacarezinho, Parada de Lucas, Alemão, Maré, Baixada), que tinham que ter concluído ou estar cursando o último ano do ensino médio, também era requisito ter horário disponível e compatível ao da realização das aulas que aconteceram na sede do Observatório de favelas, no bairro da Maré. A Espocc foi planejada para que em um ano uma turma pudesse se formar, sendo dividida em três quadrimestres. O primeiro seria como um ciclo básico, no qual todos os alunos cursariam as mesmas disciplinas, as introdutórias. Nos outros quadrimestres os alunos da Escola escolheram a habilitação com as quais tinham maior afinidade. Nesse segundo momento, os futuros comunicadores começaram a se aprofundar na disciplina escolhida e seguiram assim até o fim do curso.



O curso foi idealizado para ter, nos três módulos, 4 disciplinas principais: Leitura Crítica; Comunicação Integrada; Fotografia e Audiovisual. Português e informática tiveram maiores dificuldades para acontecer, por isso as aulas não eram regulares, mas foram realizadas.

Leitura Crítica foi a disciplina que todos os alunos cursaram durante toda sua formação, com 45 horas por módulo. Já as outras foram cursadas por todos no primeiro segmento, como uma maneira de introduzi-los ao universo da comunicação e assim descobrirem com qual delas se saíam melhor. O curso foi composto por mais 45 horas de cada uma das habilitações. As aulas aconteceram de segunda a sexta, com algumas atividades extras aos sábados, e foram equilibradas entre teoria e prática.

Ao fim do primeiro módulo os alunos escolheram se queriam ir para a área de vídeo, jornalismo ou fotografia. Nos segmentos seguintes eles tiveram o aprofundamento na habilitação escolhida, foram 98 horas da disciplina escolhida em cada módulo. A Espocc apresentou alguns problemas em seu percurso, como a falta de continuidade nas disciplinas de português e informática, assim como a saída de alguns professores, a substituição sempre acarreta alguns percalços. A falta de verba também foi um problema para as atividades práticas, os produtos finais eram prejudicados. A turma de jornalismo, por exemplo, ao longo do curso só pode produzir jornais murais.

Os dados referem-se à primeira turma. Muitas dificuldades foram corrigidas nas turmas seguintes, o próprio Laboratório deixou de integrar diretamente a formação das novas turmas cuja concentração maior recaiu sobre a formação de fotógrafos populares em vez de repórteres populares. Mas o importante é enfatizar que o LECC, como idealizador do projeto, acompanhou as primeiras formações e teve o

projeto divulgado em inúmeros encontros na América Latina, como nos 50 anos da Rádio Comunitária/Educativa Santa Maria em Santo Domingo.

O Lapeccos

Criado em 2013, a partir da integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelo Grupo de Pesquisa Pragma (UFRN/CNPq) e pelo Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (Nesc/UFRN), em nível de graduação e pós-graduação, na UFRN, o Lapeccos tem por objetivo produzir processos, conhecimento e geração de inovações tecnológicas sociais no campo da comunicação comunitária em interface com a saúde coletiva. Sob a coordenação do Prof. Dr. Juciano de S. Lacerda, docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, o laboratório – com dez pesquisadores, três mestrandos e 16 bolsistas de graduação – tem como metodologia de trabalho os estudos e reflexões teórico-metodológicas, com base metodologias participativas e inclusivas e as metodologias de Pesquisa-Intervenção, como se pode observar na experiência em que o Lapeccos colabora com o Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (Nesc), na realização do projeto de intervenção comunitária “Fortalecimento de Redes de Ação Comunitária para Prevenção em DST/Aids: conhecer e Intervir” (2011-2014). O projeto, mais conhecido como “Projeto Viva Mãe Luiza” é desenvolvido no bairro de Mãe Luiza, na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. O “Viva Mãe Luiza” promove ações de prevenção dirigidas a reduzir vulnerabilidades de jovens e adolescentes. O Ministério da Saúde (2000) aponta diversas vulnerabilidades a que estão expostos os adolescentes e jovens do Brasil e tinha como meta gerar, em comunidades, projetos educativos sobre prevenção às DST/Aids⁶. Tais projetos deviam ser associados ao desenvolvimento

⁶ Doenças Sexualmente Transmissíveis, sendo as principais: Gonorreia, Sífilis, HPV, Herpes genital e Aids.

simultâneo de pesquisas que verificassem a capacidade e eficiência, como foi o caso do projeto do bairro de Mãe Luiza.

O bairro é um emaranhado de casas situado (por que não dizer, sitiado) entre o mar da Via Costeira e os bairros nobres de Tirol e Petrópolis, em Natal. Lá, as formas de resistência e existência da *comunidade gerativa* (Paiva, 2004) se dão em torno da religiosidade católica e evangélica ou através da mediação das ONGs e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O antigo Morro do Bode, foi oficialmente criado em 1958, em 2007 já tinha uma população residente média de 17 mil habitantes.⁷

Desde 2011, quando foi implantado, passou a se chamar “Projeto Viva Mãe Luiza”, a partir da escolha da própria comunidade, a partir de um concurso de logomarcas desenvolvido como parte de oficinas de prevenção as DST/Aids com adolescentes e jovens (Dantas et al 2011). As oficinas de saúde foram desenvolvidas em articulação com oficinas de vídeo, fotografia, teatro e produção gráfica (Lacerda et al, 2014).

O Lapeccos desenvolve no Projeto Viva Mãe Luiza as ações de comunicação com o apoio de mestrados e seis bolsistas de extensão. Uma dissertação de mestrado foi resultado da análise da experiência do projeto (Furtado, 2014). Desde o início de 2014, o Lapeccos realiza, através do Viva Mãe Luiza, um projeto de extensão para apoiar a continuidade no desenvolvimento do Jornal Fala Mãe Luiza, de edição mensal, produzido pelo Centro Sócio-Pastoral Nossa Senhora da Conceição. Financiada pela UFRN, a ação conta com 4 bolsistas que reforçam as equipes de reportagem, edição de texto, edição de imagem e editoração eletrônica. Os alunos também atuam na capacitação de novos repórteres e

⁷ Informações baseadas na publicação “Natal: meu bairro minha cidade”, produzida pela Prefeitura, em 2009.

fotógrafos da própria comunidade para o jornal Fala Mãe Luiza. Com mais de 180 edições, o jornal, fundado nos anos 1990 pelo Padre Sabino (*in memoriam*), é uma das forças de resistência produtiva da comunidade. Gera processos de vinculação e de contra-informação ao que é imposto via discurso midiático de mercado, responsável por uma cobertura estereotipada e seletiva, pautada na violência e na criminalidade. As ações desenvolvidas pela diversidade de sujeitos que fazem a comunidade de Mãe Luiza demonstram a força, ainda marcante, da solidariedade, da cooperação, da fraternidade, da generosidade como forma de resistir a entropia imposta pela realidade sócio-política-econômica contemporânea.

O LACCOPS

Oficializado em fevereiro de 2014, o Laccops, se dedica à investigação das atividades de Publicidade contra-hegemônica, incluindo as iniciativas audiovisuais como ferramenta de transformação social. Coordenado pela Prof^a Dr^a Patrícia Saldanha que já atua na área há aproximadamente 12 anos, o Laccops tem por objetivo fortalecer a pesquisa em Comunicação Comunitária, com ênfase na Publicidade Comunitária e Social. Como metodologia de trabalho, se reúne mensalmente para os estudos e as reflexões teórico-metodológicas da área. E para a pesquisa empírica, destaca a Pesquisa-ação como metodologia Participativa e Inclusiva como foi o caso da ação desenvolvida para a Campanha “O IBC não pode fechar” (2011).

A campanha é exemplo de uma ação de uma comunidade gerativa que saiu dos limites físicos do micro-espço comunitário, se uniu por um ideal e gerou um resultado concreto para a comunidade estendendo-se para a própria sociedade que participou do processo. O poder público intentava fechar e encerrar as

atividades do Instituto Benjamin Constant⁸ e transferir todos os alunos para as escolas regulares de ensino.

O instituto aceita as pessoas com deficiência visual até o grau avançado e viabiliza, de fato, da educação até a profissionalização de seus alunos, além de produzir materiais especializados impressos em Braille e publicações científicas. Também abriga as mães que passam os dias no IBC com os filhos até que tenham autonomia para se deslocar no espaço físico da escola.⁹

É nesse contexto que vem a proposta do Estado para a renovação do PNE (Plano Nacional de Educação) para o período de 2011 a 2020, com a Meta 4. Trata-se de uma meta que prevê universalizar o atendimento escolar para os estudantes de 4 a 17 anos, aglomerando-os na rede regular de ensino, homogeneizando quaisquer necessidades especiais, inclusive, transtornos globais e altas habilidades ou superdotação. Ainda que as escolas não tivessem infraestrutura, profissionais ou tratamentos adequados para receber alunos portadores de quaisquer tipos de deficiência, o país divulgaria, com argumentos estatísticos, a mensagem do sucesso da política inclusiva a partir da constatação do aumento do número de matrículas nas escolas regulares.

Todavia a população não aceitou que o projeto de lei fosse aprovado e se movimentou. Inicialmente, criou-se a APAR¹⁰, depois, um abaixo-assinado e ações a favor da preservação do Instituto. Por falta de conceito e linha criativa eficazes o resultado obtido foi muito fraco com o agravante do tempo que se esgotava. E

⁸ Fundado em 1854 por D. Pedro II.

⁹ De acordo com alguns pais, “90% das mães são abandonadas pelos maridos, logo que o quadro é diagnosticado, ainda que durante a gestação”.

¹⁰ Associação de Pais, Amigos e Reabilitandos do IBC.



caso 10.000 assinaturas não fossem atingidas a tempo, não haveria matrículas para o ano seguinte. Foi aí que alguns responsáveis nos procuraram e a UFF entrou no circuito.

Após levantamento do histórico do Instituto, visitas às dependências do IBC, entrevistas com pais, alunos e professores preparou-se um diagnóstico completo e pensou-se num conceito base (matricular não é incluir). Com duas semanas para captar o número mínimo de assinaturas, a estratégia precisava ser certa, (sensibilizar a Sociedade Civil para que se envolvesse na causa como se fosse sua). A ação tática deveria comunicar o problema com agilidade para as pessoas, convocando-as para a luta coletiva. Com base num argumento racional e linguagem emocional os alunos da UFF aprovaram o roteiro do vídeo que foi produzido com custo zero.

Nos apropriamos do equipamento técnico, fizemos outra leitura do cenário, adaptamos a linguagem e, com um vídeo de 1 minuto publicado no youtube, a sociedade teve a oportunidade de resolver um problema que passou a ser seu.

<http://www.youtube.com/watch?v=FQvbX0nRvJ8>

Como resultados concretos, segue o fragmento do e-mail de agradecimento enviado por Crispim Ximenes, em 27/06/2011:

Formalmente venho agradecer a todos pelo vídeo elaborado por vocês que está sendo veiculado pela internet. [...] A partir do momento que vocês (amigos) da UFF entraram na briga para nos ajudar a evitar o fechamento do IBC ocorreu o seguinte fenômeno, tínhamos aproximadamente 3.000

assinaturas no abaixo- assinado, e agora temos 50.897. Para quem gosta de estatísticas refere-se ao aumento de 1695, 97%, [...] Agradecemos pela sensibilidade, profissionalismo e empenho em todas as fases de elaboração, nas reuniões e na finalização da Campanha que foi à Internet. [...] um grande abraço !!!![...] Crispim Ximenes, pai da Camila.

Obtivemos destaque na mídia tradicional com publicação no jornal “O Globo” e conseguimos adesão de políticos importantes. O principal resultado foi o apoio expressivo de parte da população que se sentiu afetada e agiu pelo viés da participação interativa nas redes sociais.

Considerações Finais

O Instituto, de grande importância para a consolidação do campo da Comunicação Comunitária, reúne pesquisadores-sênior, recém-doutores, doutorandos, mestrados e graduandos, articulando pesquisas do tipo guarda-chuva com investigações de doutoramento, de mestrado e de iniciação científica, articuladas com projetos pensados e desenvolvidos em diálogo com as comunidades e organizações de periferia, no Rio de Janeiro (RJ) e na cidade do Natal (RN).

Há quase duas décadas a perspectiva comunitária tem se consolidado no campo da pesquisa em comunicação, não apenas como objeto de investigação empírica, mas principalmente na perspectiva da “comunidade gerativa”, em que cada grupo, cada organização, cada experiência local produz demandas de parceria. São novos sujeitos coletivos e minoritários que se fazem progressivamente visíveis no espaço público nacional e que se apropriam, resistem, produzem solidariedades, contradições, reordenamentos diante da lógica intensiva e expansiva do capital em todas as dimensões da vida. O Inpecc, no campo da produção de



conhecimento em comunicação comunitária, pretende cooperar, estrategicamente, para a consolidação da área de pesquisa, com ações de médio e longo prazo, que possibilitem concentrar esforços e gerar interfaces com instituições que investigam a temática em nível nacional. Ao mesmo tempo quer desenvolver ações que possam fortalecer e intensificar os canais de intercâmbio em nível internacional. O Inpecc passa a coordenar as pesquisas dos seus membros por meio de ações integradas, intercâmbio e reuniões de cooperação regular, diante dos desafios impostos pelas agências de fomento, universidades, organismos de cooperação multilateral, de maneira a reunir a reflexão sobre os trabalhos realizados pela área bem como contribuir com avanços para o campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brasil. Ministério da saúde. Coordenação nacional de DST e AIDS. (2000). *Manual do multiplicador: adolescente*. Ministério da Saúde, Coordenação Nacional de DST e Aids. Brasília: Ministério da Saúde.
- Dantas, S. M. M., Peres, M. S., Lucas, M. C. V., Souza, E. C. F., Castanha, S. A., Lacerda, J. de S. (2011). Fortalecimento de redes de ação comunitária para prevenção em DST/Aids: conhecer e intervir. *Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis*. 23, 153-154. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense.
- Furtado, D. B. M. (2014). *Estratégias midiáticas na aprendizagem do tema DST/Aids: ações em rede para reduzir vulnerabilidades de adolescentes e jovens da comunidade de Mãe Luiza, Natal-RN*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, 105 pp.
- Lacerda, J. S., Furtado, D. B. M., Lucas, M. C. V., Miranda, S. M., Soltosky, M. (2014). Mídia secundária: cartilha impressa como estratégia de prevenção das DST/AIDS entre adolescentes e jovens no Bairro de Mãe Luiza, Natal-RN. In: *Anais do XV Encontro Nacional de Professores de Jornalismo*. (15 pp.) Curitiba: FNPJ/Universidade Positivo.
- Paiva, R. (2004). Estratégias de comunicação e comunidade gerativa. IN: Peruzzo, C. (org) *Vozes Cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de*



Comunicação Popular e Sindical na América Latina. (pp.57-74). São Paulo: Angelara.

Paiva, R. (2003). *O Espírito Comum. Comunidade, Mídia e Globalismo.* (2ª ed. rev. e amp.), Rio de Janeiro: MAUAD.

Saldanha, P. (2012). Publicidade comunitária: uma ferramenta atual de resgate e fortalecimento dos princípios comunitários. In: *Revista Z Cultural.* Ano VII- (03). Acessado em 15/03/2014.

<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/publicidade-comunitaria-uma-ferramenta-atual-de-resgate-e-fortalecimento-dos-principios-comunitarios/>

Saldanha, P. (2012). Publicidade Social ou Propaganda Social? Uma reflexão epistemológica e as possíveis consequências sociais. In: *Anais do IV Encontro Nacional da Ulepicc-Brasil.* Acessado em 15/03/2014. Rio de Janeiro/RJ/ UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro).

<http://ulepiccbrasil4.com.br/anais/>

Vattimo, G. (1989). *Etica dell'interpretazione.* Torino: Rosenberg & Sellier.